

PERFORMANCE ECONÓMICA EM SITUAÇÃO DE GUERRA: O CASO DE ANGOLA (1975-1992)

Manuel Ennes Ferreira*

RESUMO: O entendimento da política económica em Angola (1975-1992) não pode ser confinada apenas ao âmbito económico, segundo o autor. A influência dos vetores militar e, posteriormente, social, laboral e político ajudam a compreender melhor o quadro em que aquela se define e aplica. Dada a rigidez na utilização dos instrumentos de política económica e a elevada conflitualidade entre objectivos, a instabilidade e incerteza no comportamento quer do mercado petrolífero internacional quer da situação militar interna marcaram o ritmo de crescimento desta economia.

UNITERMOS: Angola-Economia, Angola-Política económica, Angola-Situação de Guerra.

A definição dos objectivos de desenvolvimento económico e social em Angola e da política económica a seguir¹ – durante o período da chamada I República (1975-1992) – emanou sempre dos congressos do Partido único no poder: I Congresso do MPLA/PT (Dezembro de 1977), I Congresso Extraordinário do MPLA/PT (Dezembro de 1980), II Congresso do MPLA/PT (Dezembro de 1985), III Congresso do MPLA/PT (Dezembro de 1990) e, finalmente, II Congresso Extraordinário do MPLA/PT (Abril 1991)

Os objectivos económicos de horizonte trienal ou quinquenal que dali emanavam, traduzidos na definição de metas fixadas pelos Planos Anuais, espelhava um modelo em que uma autoridade central decidia e escolhia os objectivos e meios de política económica de forma perfeitamente autónoma face aos restantes agentes económicos. O plano deveria desempenhar neste contexto o papel de regulador dominante da economia – regulação administrativa.

No entanto, ao longo de todo este período ir-se-á assistir a rápidas mutações quer na envolvente económica e política internacional quer, sobretudo, nas condições internas do país. Estas alterações, associadas a um crescendo de incerteza e instabilidade quanto ao comportamento das variáveis económica, política, militar e

(*) Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

(1) A este respeito ver, FERREIRA (1990) e FERREIRA (1992). Numa perspectiva de interacção dos aspectos políticos e económicos ver FERREIRA (1992a).

FERREIRA, Manuel Ennes. Performance económica em situação de guerra: o caso de Angola (1975-1992). *África*: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 16-17(1): 135-156, 1993/1994.

social em Angola, condicionaram fortemente a eficácia da aplicação da política económica² e, por consequência, a obtenção das metas fixadas nos planos.

Estas mutações contribuíram decisivamente para o reconhecimento do falhanço da regulação administrativa da economia abrindo caminho para a descoberta das virtualidades da regulação pelo mercado³, primeiro de forma mitigada (através do Programa de Saneamento Económico e Financeiro, de 1987) e, mais tarde, assumida explicitamente nos Objectivos da Política Económica (1991/95) aprovado durante o III Congresso do MPLA/PT (Dezembro de 1990).

Do ponto de vista prático, a performance económica desta economia acabou por ser determinada particularmente por três factores: as consequências directas e indirectas da situação militar no país, o aumento da dependência face ao sector petrolífero e, finalmente, por uma má definição e gestão da política económica.

Este artigo visa, assim, mostrar a influência destes factores no desenvolvimento económico do país bem como situar a estrutura condicionadora da sua política económica.

1. OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO NA I REPÚBLICA (1975-1992)

Ao nível do discurso económico, poder-se-ão distinguir dois períodos: um primeiro, que decorre entre 1975 e 1987, caracterizado pela negação do papel e importância do mercado e do agente económico privado, pelo dirigismo económico estatal e pela ausência de participação nos principais organismos e instituições económicas internacionais.

O segundo período, que decorre entre 1987 e 1992, começou lentamente a pôr em causa as "virtualidades" da forte intervenção estatal no domínio económico, abrindo caminho para a "redescoberta" da economia de mercado, do papel do empresário nacional privado e das vantagens da inserção nas instituições e organismos financeiros internacionais (nomeadamente Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial).

1.1. Da direcção central da economia à economia de mercado

Durante o 1º período, e em particular em 1983, a estratégia económica definida deixava entender o desejo de adoptar uma estratégia de substituição de importações.

(2) Ver FERREIRA (1990a).

(3) Ver, por exemplo, AGUILAR (1991) e FERREIRA (1992b).

FERREIRA, Manuel Ennes. Performance económica em situação de guerra: o caso de Angola (1975-1992). *África*: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 16-17(1): 135-156, 1993/1994.

Apostava-se na "diversificação da estrutura produtiva agrícola e industrial"⁴. Ao sector extractivo, nomeadamente ao petróleo, foi atribuído um papel financiador deste processo: "no sector extractivo dar prioridade ao petróleo, diamantes, ferro... (pois) reúnem as condições capazes de gerar excedente necessário, através da exportação, à constituição do fundo de acumulação indispensável para o lançamento da indústria pesada no País"⁵. Finalmente, apostava-se na diversificação das exportações para diminuir o grau de dependência externa⁶.

O I Congresso Extraordinário de 1980 (ver TABELA I), reafirma na sua essência o conteúdo do I Congresso, embora faça duas importantes constatações: a primeira respeita ao fracasso da recuperação económica⁷ (diminuindo produção)⁸, enquanto a segunda se refere à situação de guerra.

Contrastando com a menor importância que lhe era atribuída anteriormente, esta última passa para primeiro plano: "que se considere a Defesa como sector prioritário (...) harmonizando devidamente o desenvolvimento sócio-económico do País com as exigências da estratégia político-militar"⁹.

A combinação destes dois factores conjugada com o aparecimento de um terceiro factor – a queda do petróleo em 1982 – irá despoletar a inversão da estratégia e da política económica, passando-se agora para uma outra assumidamente orientada para a exportação.

O Plano Global de Emergência¹⁰, de 1983, formaliza este ponto de viragem.

Aqui se apresenta de forma mais clara a política de austeridade iniciada em 1982. Advoga-se que os recursos financeiros devem ser canalizados prioritariamente para o aumento da produção do petróleo/diamantes e, depois, para o aumento da oferta de produtos e outros bens para a Defesa, campo e cidades; em terceiro lugar, para o aumento da produção agrícola e, finalmente, para efectuar reabilitações económicas.

(4) MPLA/PT (1977), pp. 49-58.

(5) MPLA/PT (1977), pp. 49.

(6) MPLA/PT (1977), pp. 98.

(7) Nos documentos deste Congresso era referido que "canalizou-se uma grande parte dos recursos cambiais para a aquisição de bens de consumo e matérias primas para o seu fabrico, em prejuízo de equipamentos e outros meios de produção indispensáveis ao arranque da economia nacional".

(8) De acordo com MPLA/PT (1980), p. 76, "em 1979 a produção mercantil controlada pelo Estado não permitiu senão cobrir 12% das necessidades alimentares da população urbana e dos operários agrícolas e 15% das necessidades da indústria em matérias-primas".

(9) MPLA/PT (1980a), p. 43

(10) O Plano Global de Emergência foi elaborado durante a 9ª e 10ª Reuniões do CC do MPLA/PT, realizada a 18 e 19 de Fevereiro de 1983 e ratificado na 7ª Sessão da Assembleia do Povo a 23/2/83.

	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	
II Congresso do MPLA/PT (1975-85)	<p>Orientações sobre Política Económica e Métodos de Direcção da Economia (1986/90)</p> <p>Prioridade absoluta à necessidade de defesa do País</p> <p>Melhorar o abastecimento a população e manutenção a efectuar no trabalho e na produção</p> <p>Dinamizar as exportações</p> <p>Melhorar os métodos de planificação socialista e reformular os métodos de direcção e gestão da economia</p>						<p>Programa de Saneamento Económico e Financeiro (1986/90)</p> <p>Intervenção dos departamentos financeiros e sectores (fiscalidade e moeda) (equilíbrio) implementado no 1986 (2 anos) e organização de um novo plano financeiro, no 1987 (nos dois anos seguintes)</p> <p>Reestruturação do sistema económico e melhoria do sistema de direcção e gestão da economia (1986) e circunscrito (completo) (1988)</p>				
	<p>Programa de Saneamento Económico (1986/90)</p> <p>Alimentar as receitas cambiais, re-regular e obter a economia da dívida externa</p> <p>Melhorar a gestão orçamental</p> <p>Intensificar a produção interna e dinamizar as exportações</p>						<p>Programa de Acção do Conselho (1986-1990)</p> <p>Reduzir o défice orçamental</p> <p>Reorganizar o sistema de preços</p> <p>Descentralizar a economia e implementar a reforma da administração</p>				
II Congresso do MPLA/PT (1991-95)	<p>Objectivos Gerais para o Desenvolvimento Económico (1991/95)</p> <p>Recuperar a economia do País</p> <p>Aumentar a produtividade e a eficiência económica</p>						<p>Adaptar o sistema de direcção económica</p> <p>Adaptar o sistema bancário</p> <p>Desenvolver a economia de mercado e promover a liberalização da economia</p>				

O II Congresso do MPLA/PT (1985) (ver TABELA I) vai sancionar esta nova estratégia como forma de garantir os meios financeiros necessários à sobrevivência do aparelho político, administrativo e militar.

Agora já não se pensa em harmonizar Defesa com desenvolvimento económico-social (I Congresso Extraordinário de 1980). Pelo contrário, reconhece-se que "a política económica teve de ser reajustada condicionado-se aos superiores interesses da Defesa"¹¹.

Desta forma, "dar prioridade absoluta às necessidades da Defesa do país"¹² surge como o primeiro objectivo para o quinquénio 1986/90. O sector económico fica completamente subordinado ao sector militar¹³.

Priorizar as relações económicas com o exterior e dinamizar as exportações como factor determinante do equilíbrio da economia nacional¹⁴ aparece como terceiro objectivo. O sector dos petróleos, reconhecido como "a principal fonte de financiamento ao funcionamento e desenvolvimento da economia do País, (o qual) deverá ser objecto de atenção e prioridade devido ao papel decisivo que lhe cabe no contexto nacional"¹⁵.

Esta inversão e definição da nova estratégia económica é o reconhecimento de que as condições internas (os gastos financeiros e a canalização de recursos económicos e humanos para a Defesa, a impossibilidade de recuperar a agricultura e a indústria, a comercialização e a rede de transportes, a incapacidade administrativa, etc) determinam o que factores externos (a queda do preço do petróleo) condicionam.

Com a queda brusca do preço do petróleo em 1986 (de 27 para 13 dólares/barril), a economia angolana é sacudida por um forte abanão.

Não é de estranhar, então, o anúncio de um Programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF), em 1987, previsto na sua aplicação para quatro anos e cujos objectivos centrais seriam os de corrigir os desequilíbrios financeiros interno e externo, reestruturar o sistema económico e relançar a economia (ver TABELA I).

(11) MPLA/PT (1985), p. 4.

(12) MPLA/PT (1985), pp. 4-6.

(13) De acordo com MPLA/PT (1985), pp. 4-5, "no domínio da prioridade absoluta às necessidades da Defesa do País, (...) a indústria transformadora deverá prioritariamente produzir e canalizar para a Defesa a sua produção". Esta produção diz respeito a "bens alimentares, bens de higiene, tabaco, bebidas, vestuário e calçado, cobertores, colchões, etc, bem como satisfazer as necessidades de Defesa em equipamentos de transporte rodoviário e marítimo, materiais para a construção de infraestruturas militares, equipamentos para os aquartelamentos e outros bens de consumo duradouros bem como assegurar a respectiva assistência pós-venda".

(14) MLLA/PT (1985), pp. 7-9.

(15) MPLA/PT (1985), p. 7.

TABELA I

ANGOLA: PROGRAMAS E OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E SOCIAL (I REPÚBLICA 1975/SET.92)

	78	79	80	81	82	83	84	85
I Congresso do MPLA/PT (1975-80)	<p>Orientações Fundamentais para o Desenvolvimento Económico-Social (1978/80)</p> <p>Reduzir a direcção centralizada e planificada do desenvolvimento económico e social</p> <p>Recuperar a produção para os níveis de 1973</p> <p>Melhorar as condições de vida do povo e desenvolver industrialmente o seu bem-estar</p>							
I Congresso do MPLA/PT (1980-86)	<p>Orientações Fundamentais para o Desenvolvimento Económico-Social (1981/85)</p> <p>Alargar os limites de desenvolvimento económico</p> <p>Elevar a eficiência da produção</p> <p>Aperturar o sistema de direcção centralizada e planificada da economia</p> <p>Melhorar as condições de vida do povo</p>							
	<p>Plano Trienal de 1983</p>							

FERREIRA, Manuel Ennes. Performance económica em situação de guerra: o caso de Angola (1975-1992). *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 135-156, 1993/1994.

Para se entender o aparecimento do SEF é necessário realçar que os condicionalismos anteriores não só persistiam como se haviam agravado: a guerra e a dependência acrescida face ao petróleo (peso no PIB, nas receitas de exportação e nas receitas do Orçamento). Mas um novo e não menos decisivo elemento aparece: o peso crescente da dívida externa e a concentração dos encargos do serviço da dívida para o período de 1989-91¹⁶.

O agravamento da dívida externa foi o corolário lógico duma situação económica progressivamente degradada a qual, mais cedo ou mais tarde, haveria de fazer sentir as repercussões. Perante a incapacidade de manter ou aumentar os seus níveis de produção industrial e agrícola, a componente importações foi a salvaguarda desta economia. Contudo, tudo tem um limite e nem a credibilidade financeira de um país exportador de petróleo é eterna: a obtenção de créditos foi-se tornando cada vez mais difícil e o prazo de reembolso começou a concentrar-se no curto e médio-prazos¹⁷.

Neste ambiente surge o SEF, publicamente em Agosto de 1987, com início previsto para 1988¹⁸.

O SEF foi um programa elaborado pelas autoridades angolanas. Porém, pelas medidas que aí eram preconizadas, pela urgente necessidade de meios financeiros externos e do apoio do campo ocidental face à desgastante situação militar, o SEF representou, na prática, uma "Carta de Intenções" dirigida ao FMI e ao Banco Mundial aos quais, aliás, o governo desde logo manifestou o seu interesse em aderir.

Como dizia o então Ministro da Esfera Produtiva "pensamos que o nosso programa do SEF não é muito diferentes das exigências que o FMI e o Banco Mundial têm feito quando se trata da filiação de algum país ou da apresentação de propostas para o seu saneamento económico e financeiro. Devo dizer mesmo que o nosso programa em determinados aspectos é até um pouco mais rígido"¹⁹.

A "flexibilidade" demonstrada por Angola com aquela "Carta de Intenções", marca o início (tímido) de um novo posicionamento, interno e internacional, nos campos económico e político.

(16) A este propósito ver FERREIRA (1988) FERREIRA (1990) e FERREIRA (1990a).

(17) De acordo com PSEF(1987), O presidente angolano reconhece que "a impossibilidade de garantir os pagamentos externos provocou uma grande crise financeira e uma depressão económica acentuada", consequência da redução dos recursos cambiais e da necessidade de recorrer a empréstimos estrangeiros para assegurar importações.

(18) Sobre esta problemática ver FERREIRA (1990) e FERREIRA (1992).

(19) *Jornal de Angola*, 21/8/87, entrevista do Ministro da Esfera Produtiva, Loy Van-Dunen.

FERREIRA, Manuel Ennes. Performance económica em situação de guerra: o caso de Angola (1975-1992). *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 135-156, 1993/1994.

O adiamento sucessivo das medidas correctoras dos desequilíbrios interno e externo da economia angolana, desde o aparecimento do SEF em 1987, reflecte bem a resistência à mudança que se assistia no seio do Governo e do Partido.

A fim de tentar reabilitar o espírito do SEF, o governo elabora o Programa de Recuperação Económica (PRE) para o biénio de 1989/90 (TABELA I).

Do ponto de vista prático, do PRE pouco haverá a dizer, pese embora ele fosse entendido como o iniciador da aplicação das medidas de estabilização anunciadas no SEF. Para além da publicação de alguma legislação, as principais medidas foram proteladas: a desvalorização do Kwanza e o ajustamento dos preços administrativos.

Para tentar introduzir de novo o ânimo das reformas económicas, é anunciado o Programa de Acção do Governo (PAG) a meio do ano de 1990 o qual referia, uma vez mais "a crise profunda e os graves desequilíbrios da economia angolana" e a necessidade de aplicar "um conjunto de medidas de estabilização e de correcção estrutural"²⁰. A justificação para os referidos desequilíbrio e distorções na economia encontram-se "nos efeitos diretos e indiretos da guerra, na inadequação do sistema de direcção da economia e, fundamentalmente, no colapso do funcionamento do sistema monetário-financeiro"²¹ (TABELA I).

Importantes medidas se preconizavam neste Programa, medidas essas que "constituíam um instrumento imprescindível de resistência em situação de guerra"²²: reduzir o stock monetário e o déficite orçamental, conter os investimentos que recorram do orçamento cambial, reescalonar a dívida externa, reduzir a lista dos produtos com preços controlados, desvalorizar o Kwanza e aumentar as importações de bens de consumo e intermédios para abastecimento do mercado oficial. A acompanhar estas medidas dever-se-ia preparar um Programa de Ajustamento Estrutural para posterior discussão com o FMI e Banco Mundial.

Surpreendentemente a desvalorização do Kwanza foi uma vez mais adiada. E se é possível ser-se ainda mais surpreendente, o Governo decidiu, entre 22 a 29 de Setembro, proceder à troca da moeda nacional com a criação do Novo Kwanza, demonstrando, uma vez mais, a incoerência da sua política económica e a falta de percepção do real funcionamento dos mecanismos económicos.

Acreditando, ainda, ser possível dirigir administrativamente a economia, pensou-se corrigir a relação massa monetária/nível de preços/oferta e preços do mercado oficial/mercado paralelo através de uma redução brutal da quantidade

(20) PAG (1990), p. 1.

(21) PAG (1990).

(22) PAG (1990), p. 8.

FERREIRA, Manuel Ennes. Performance económica em situação de guerra: o caso de Angola (1975-1992). *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 135-156, 1993/1994.

de de moeda em circulação na economia. O resultado final foi óbvio: as distorções económicas permaneceram e o mercado paralelo continuou a ser a referência do funcionamento real da economia.

O III Congresso do MPLA/PT (TABELA I), realizado alguns meses mais tarde, Dezembro de 1990, no que se refere às condições para implementação da política económica, assinala que se deve "perspectivar as linhas mestras para a recuperação económica do país numa situação completamente diferente, em que a criação de uma economia em condições de paz passa a ser uma das vertentes fundamentais no domínio da política económica"²³.

Para dar corpo à filosofia da política económica emanada do III Congresso, o Plano Nacional aprovado no 1º semestre de 1991 aponta como objectivos: remonetização geral da economia, contenção dos déficits do OGE e da balança de pagamentos e aperfeiçoamento da gestão macroeconómica.

A aplicação das medidas de política económica previstas e a prossecução dos objetivos traçados vieram a sofrer atrasos e redefinições, fruto de alterações importantes ocorridas neste período:

– por um lado, uma crescente pressão por parte do FMI e BM para aplicação mais rápida e decidida das medidas que se impunham;

– por outro, a criação de um novo quadro político decorrente dos Acordos de Paz de Bicesse (Maio de 1991) e estabelecido entre o Governo e a UNITA, o qual iria conduzir o país à realização de eleições gerais em Setembro de 1992.

Neste quadro ocorreu, finalmente, a desvalorização do Novo Kwanza, primeiro em Março de 1991 (100%), seguida de duas outras neste mesmo ano: em Novembro e Dezembro, de 50% e 100%, respectivamente. Nos primeiros meses de 1992, nova desvalorização de cerca de 200%.

1.2. Despesas militares e desenvolvimento²⁴

A relação existente (positiva ou negativa) entre despesas militares e crescimento económico depende das condições específicas do país em causa. Os efeitos económicos daquele tipo de despesas depende não só da sua dimensão

(23) MPLA/PT (1990), p. 52. Curiosamente, mesmo perante a inevitabilidade do fim da guerra, no capítulo referente aos Objectivos Gerais da Política Económica para o quinquénio 1991/95, afirma-se que é necessário garantir que a economia continue a criar infraestruturas de apoio à Defesa ao mesmo tempo que algumas acções militares garantem o funcionamento da economia (p. 56).

(24) Um desenvolvimento deste tema pode ser encontrado em FERREIRA (1993a) e FERREIRA (1993b).

FERREIRA, Manuel Ennes. Performance económica em situação de guerra: o caso de Angola (1975-1992). *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 135-156, 1993/1994.

mas também da sua composição: ligação ou não com a indústria nacional, maior ou menor utilização das receitas cambiais do país, etc²⁵.

Partindo da constatação que o Estado angolano foi o principal agente económico no país e que os recursos de que dispõe para financiar o desenvolvimento económico e o esforço de Defesa se encontram inscritos no seu Orçamento anual, pareceu-nos ser plausível testar a hipótese de que um aumento dos recursos disponíveis para a Defesa iria ter um efeito negativo no crescimento real do PIB:

	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
DM/OGE	24,8	26,2	21,8	20,1	25,2	34,3	38,7
FIN.DES/OGE	24,0	30,7	23,6	37,3	24,6	14,0	15,3

	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
DM/OGE	37,9	37,8	41,8	45,9	48,5	39,5	20,6
FIN.DES/OGE	10,2	12,1	14,9	17,5	14,8	12,4	11,9

Um problema que desde logo se coloca diz respeito ao facto de que recursos crescentes e adicionais destinados às despesas militares significa menos recursos para investimento e produção no sector não-militar, pelo que o efeito negativo que daqui se pode esperar é evidente. E ele será tanto mais agravado quanto a despesa militar tiver um alto conteúdo de importações, reduzindo, deste modo, as possibilidades de importação de máquinas e produtos intermédios²⁶. O que foi, claramente, o caso de Angola²⁷.

(25) Entre outros, ver BENOIT (1978).

(26) Ver, por exemplo, MAIZELS (1986).

(27) Entre um dos múltiplos exemplos anuais, registre-se a declaração do Ministro do Plano, Lopo do Nascimento, quando da apresentação do plano de emergência para 1984: "os recursos disponíveis não são os recursos do país, mas sim apenas aqueles que restam após as necessidades de defesa terem sido satisfeitas", EIU (1984).

FERREIRA, Manuel Ennes. Performance económica em situação de guerra: o caso de Angola (1975-1992). *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 135-156, 1993/1994.

QUADRO 2

	PONDERAÇÃO V.A.B. 1987			INDICE %				VARIACÃO %		
	MMNKZ	%	%	1988	1989	1990	1991	88/89	90/89	91/90
TOTAL IND.										
TRANSFORMADORA	11598	100		94,8	112.1	103,0	85.8	18.2	-8.1	-16.7
Derivados do Petróleo Bruto	3488	30		94.9	107.6	105.5	102.8	13.4	-2.0	-2.6
Outras Ind. Transformadoras	8110	70	100	94.8	114.1	101.9	78.5	20.4	-10.7	-23.0
Alimen., Bebidas e Tabaco	3901		48	73.6	85.9	66.4	65.8	16.7	-22.7	-0.9
Química, Borracha e Plástico	573		7	133.0	177.3	178.6	125.3	33.3	0.7	-29.8
Têxteis, Vestuário e Couro	1838		23	101.2	101,2	98.3	63.9	0.0	-2.9	-35.0
Metais, P.Metal., Maquinaria	1086		13	127.5	215.1	199.0	117.0	68.7	-7.5	-41.2
Outras Ind. Transformadoras	712		9	113.2	96.7	96.2	89.9	-14.6	-0.5	-6.6
Materiais de Construção	413		58	142.9	127.0	131.2	114.4	-11.1	3.3	-12.8
Madeira, papel e Vidro	299		42	72.0	55.0	47.8	56.0	-23.6	-13.1	17.2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística/Angola, Unidade de indicadores a curto prazo

O QUADRO I mostra de forma muito clara as repercussões da deterioração da situação interna do país nos últimos anos: a variação do valor acrescentado bruto nos principais sectores da indústria transformadora é claramente negativa a partir de 1989. Assim, de 1989 para 1990, apenas a indústria química, de borracha e plásticos e a indústria dos materiais de construção tiveram variações positivas enquanto que no ano seguinte, ou seja, de 1990 para 1991, unicamente um em nove sectores apresentou uma variação positiva: a indústria da madeira, papel e vidro.

No cômputo geral da indústria transformadora, a sua performance apresenta uma evolução de -5.2% entre 1987 e 1988, a que se segue uma variação de 18.2%, -8.1 e -16.7%, sendo os sectores industriais mais atingidos os da química e plásticos, têxteis, vestuário e couro e metais, produtos metálicos e maquinaria.

A fim de verificarmos da validade da relação entre performance económica e despesas militares, efectuámos um ajustamento pelo método dos mínimos quadrados, entre a taxa de crescimento real anual do PIB e o ratio das despesas militares face às despesas totais do orçamento de Estado (DM/OGE), no período de 1979-1991: estatisticamente fraco, sinal do coeficiente associado à variável explicativa (DM/OGE) verificou-se ser positivo. O que contraria a presunção de correlação negativa, admitida como hipótese de partida.

FERREIRA, Manuel Ennes. Performance económica em situação de guerra: o caso de Angola (1975-1992). *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 135-156, 1993/1994.

No entanto, em virtude do crescente peso que se constata existir no andamento do sector petrolífero no PIB e porque esta actividade tem estado alheia à situação de guerra no país, estabelecemos novo ajustamento, expurgando do PIB o valor correspondente ao sector petrolífero (TXCPIBsp - taxa de crescimento real do PIB sem sector petrolífero), para o período de 1979-1991²⁸:

$$\text{TXCPIBsp} = 5.646 - 0.209423 \text{ DM/OGE} \quad R^2 = 0.222$$

$$(1.366) \quad (-1.774)^* \quad R^2 = 0.151$$

$$F = 3.146^*$$

Embora o ajustamento não seja estatisticamente significativo, o facto do sinal do coeficiente associado à variável explicativa ser negativo sugere a validade da nossa hipótese de que um acréscimo na parte das despesas militares acarreta uma influência negativa na taxa de crescimento real do PIB, excluído o sector petrolífero.

Por outro lado, dado que a maior parte dos recursos do Orçamento provêm das receitas que incidem sobre a actividade petrolífera, fomos testar a hipótese que DM/OGE seria explicada pela taxa de crescimento anual das exportações de petróleo (TXCEXPp) e pelo evoluir da situação militar (1979-1991). Para esta última variável construímos um indicador de situação militar (ISM):

$$\text{DM/OGE} = 10.864 + 0.05113 \text{ TXCEXPp} + 10.9924 \text{ ISM}$$

$$(2.39) \quad (1.046) \quad (5.305)$$

$$\text{com } R^2 = 0.74 \quad R^2 = 0.688 \quad F = 14.29$$

(os valores entre parêntesis referem-se às estatísticas t)

Estatisticamente significativo, excepto na variável TXCEXPp com um nível de significância de 15%, este ajustamento revelou uma correlação positiva entre qualquer das variáveis explicativas e DM/OGE, o que confirma a hipótese de partida.

Finalmente, e para concluirmos algo sobre a relação crescimento económico e despesas militares, efectuámos um último ajustamento que nos permitisse extrair a elasticidade do índice de crescimento real anual do PIB, sem sector petrolífero (IPIBsp), relativamente às variáveis explicativas DM/OGE e ISM, no período que decorre entre 1979 e 1990:

(28) Os valores entre parêntesis referem-se às estatísticas t com o sinal * correspondendo a um nível de significância de 10%.

FERREIRA, Manuel Ennes. Performance económica em situação de guerra: o caso de Angola (1975-1992). *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 135-156, 1993/1994.

$$\ln \text{IPIsp} = \ln 4.789 - 0.0357 \ln \text{DM/OGE} - 0.1932 \ln \text{ISM}$$

$$(67.705) \quad (0.181) \quad (1.461)$$

com $R^2 = 0.686$ $R^2 = 0.616$ $F = 9.838$
(os valores entre parêntesis referem-se às estatísticas *t*)

Embora apresente um *t* baixo na variável DM/OGE, o ajustamento global não é desprezível e, por outro lado, os sinais das elasticidades estão de acordo com as asserções que até aqui temos produzido. Desde modo uma variação percentual no agravamento da situação militar induz uma diminuição de 0.19% no crescimento real do PIBsp, enquanto um aumento percentual no ratio das despesas militares nas despesas totais do OGE induz uma diminuição no crescimento real do PIBsp de 0,035%.

1.3. A importância do sector petrolífero

A dependência da economia angolana face ao petróleo marcou, decisi- vamente, os ciclos conjunturais em que se viveu. O exemplo de 1982/83 (Plano Gloval de Emergência) e de 1986/87 (surgimento do SEF) são elucidativos. Quando em 1986 se esperava vir a obter 47 mil milhões de kwanzas de receitas com as actividades petrolíferas, apenas 21 mil milhões²⁹ foi possível arrecadar. A execução do OGE ficou seriamente comprometida.

A importância crescente que o petróleo assumiu na economia angola- na, quer no total das suas exportações quer ainda no contributo para o PIB, torna- se evidente ao se constatar que, em 1991, mais de 90% das receitas cambiais provêm da exportação deste produto, mais de 50% do PIB respeitam à actividade deste sector e que cerca de 60% das receitas correntes do OGE têm origem nesta actividade.

QUADRO 2

U. M.: Milhões de NKwanzas

SECTORES	1987	%	1988	%	1989	%	1990	%	1991*	%
1. Agricultura, Silvicult. e Pesca	29.264	12,6	28.681	10,9	27.843	10,5	27.250	9,9	28.558	10,3
1. Indústria Extractiva	118.210	51,0	148.305	56,5	149.347	56,3	156.068	56,9	160.750	58,2
3. Indústria Transformadora	8.640	3,7	8.476	3,2	9.410	3,5	8.647	3,2	6.935	2,5
4. Energia Eléctrica e Água	620	0,3	633	0,2	659	0,2	681	0,2	818	0,3

(29) PSEF (1987), p. 93.

FERREIRA, Manuel Ennes. Performance económica em situação de guerra: o caso de Angola (1975-1992). *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 135-156, 1993/1994.

5. Construção	5.780	2,5	5.795	2,2	5.803	2,2	5.936	2,2	5.235	1,9
5. Transportes e Comunicações	6.351	2,5	6.500	2,5	6.653	2,5	6.187	2,3	6.255	2,3
7. Comércio	16.777	7,2	16.777	6,4	16.777	6,3	18.961	6,9	16.803	6,1
8. Bancos e Seguros	3.166	1,4	2.665	1,0	2.245	0,8	2.245	0,8	2.360	0,9
9. Serviços	42.759	18,5	44.584	17,0	46.530	17,5	48.391	17,6	48.391	17,5

- PIB a custos de factores	231.567	100	262.416	100	265.267	100	274.366	100	276.105	100
- PIB a preços do mercado	228.727		261.625		265.977		275.170	170	276.815	

VARIAÇÃO ANUAL (%)

- PIB a custos de factores			13,3		1,1		3,4		0,6	
- PIB a preços do mercado	14,4			1,7		3,5			0,6	

Fonte: Ministério do Plano, Grupo das Contas Nacionais

* Estimativas Preliminares da Unidade de Indicadores Estatísticos do Instituto Nacional de Estatística/Angola

A leitura do QUADRO 2 permite constatar a importância crescente que a indústria extractiva foi tendo na economia angolana: tomando apenas o período que decorre entre 1987 e 1991, verifica-se que a indústria extractiva passa dos 51% do PIB para os 58.2%, acompanhado pela diminuição da importância relativa no PIB, de sectores como a agricultura, indústria transformadora e serviços.

Desde modo, em condições onde alguma incerteza e instabilidade estão associadas ao comportamento do mercado internacional do petróleo, as suas repercussões internas são importantes³⁰.

A fim de tentar traduzir isto mesmo, ensaiámos construir um *Indicador de Instabilidade das Receitas de Exportação*³¹ para os sub-períodos em análise:

	1978/80	1981/85	1986/90
Exportações Globais	0.605	0.240	0.739
Exportações Petróleo	0.720	0.353	0.765

Evidencia-se a instabilidade quer na exportações globais quer nas de petróleo, o que não poderia deixar de ser face ao peso dominante que este foi ten-

(30) GYMAIL-BREMPONG (1991) constata, num estudo sobre 34 países africanos, que a inabilidade das exportações enquanto variável explicativa adicional numa equação de crescimento neo-clássica, apresenta um efeito negativo e significativo na taxa de crescimento económico daqueles países.

(31) Este indicador (I) foi construído em termos de médias móveis desfazadas:

$$VE(X_{t-j} - R E_t)^2$$

R PE,

onde $RMTE_t = 1/n \sum X_{t-j}$, receitas médias de exportação e X = exportações.

FERREIRA, Manuel Ennes. Performance económica em situação de guerra: o caso de Angola (1975-1992). *África*: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 16-17(1): 135-156, 1993/1994.

do nas receitas de exportação totais, o que se traduz num agravamento do Índice de Concentração de Hirschmann³²:

1980	1984	1989
0.732	0.874	0.892

Uma constatação imediata que se retira é a de que durante este período assistiu-se a uma tensão permanente entre o crescimento planificado a médio-prazo e a instabilidade das receitas cambiais. Esta instabilidade teve dois efeitos sobre a economia:

- um efeito de ampliação, traduzido normalmente numa política de acentuação da expansão em fases de alta conjuntural do preço do petróleo e de políticas fortemente restritivas nas fases de baixa conjuntural;
- um efeito de incerteza traduzido nas flutuações das políticas de investimento, fruto das distorções entre receitas previstas e receitas efectivas.

2. O MEIO ENVOLVENTE DA POLITICA ECONOMICA

Dois dos principais factores condicionantes do ambiente de aplicação da política económica em Angola dizem respeito à evolução do preço do petróleo no mercado mundial e à situação militar no país.

Espartilhada entre estes dois factores, a economia angolana foi-se degradando acompanhada de dois dilemas:

a) quer as receitas de exportação aumentassem ou diminuíssem acabava por pairar sempre uma política de austeridade: no primeiro caso as importações têm tendência a aumentar aproveitando o 'boom' conjuntural (1979/81 e 1988/90), ao que se lhe seguia uma política contracionista correctora; no segundo caso, naturalmente, impunha-se desde logo administrar judiciosamente os recursos cambiais escassos (1982/85 e 1991/92);

b) se se dá prioridade à Defesa irão escassear os recursos (internos e externos) destinados à promoção do desenvolvimento económico e social. Se é o inverso, é a manutenção do regime que pode ser colocada em questão.

Tanto numa como noutra situação é o investimento produtivo que sai prejudicado, ou seja, o próprio desenvolvimento económico que é posto em causa.

Será neste contexto complexo e interactivo de factores, de ordem interna e internacional, de índole económica, política, social e militar que deve ser entendida a definição e aplicação da política económica em Angola (ver TABELA II).

(32) De acordo com UNCTAD (1988) e (1991).

FERREIRA, Manuel Ennes. Performance económica em situação de guerra: o caso de Angola (1975-1992). *África*: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 16-17(1): 135-156, 1993/1994.

TABELA II
ANGOLA: EVOLUÇÃO DO AMBIENTE CONDICIONADOR DA POLÍTICA ECONÓMICA
(REPÚBLICA 1975/SET/92)

	1978 a 1980	1981 a 1985	1986 a 1990	1991	1992
AMBIENTE ECONÓMICO ¹	P	P → M	M → F	F	F
SOCIAL ²	P	P → M	M → F	F	F
LABORAL ³	P	P	P	F	F
MILITAR ⁴	M	M → F	F	F → M	M
POLÍTICO ⁵	P	P	P	M	M
ECONÓMICO ⁶	P	P → M	M	M	M
POLÍTICO ⁷	M	M	M → F	P	P
INSTITUCIONAL ⁸	M	M	P	P	P
FACTORES PRINCIPAIS	Aumento de 15 para 30 bilhões o preço do barril de petróleo de 1979 para 1980	Humilhação do preço do petróleo entre 1981 e 1982 e taxas de juro as mais elevadas da década em 1981 e 82	Baixa do preço do petróleo de 27 para 11 dólares entre 1985 e 86 e aumento de juro de 1989 para 90. Aumento das taxas de juro em 1982, 89 e de 1993. Em Setembro de 1990 adido ao FMI. Em Dezembro de 1988, Avacada do conjunto de Nova Iorque (plano de retirada das militares - abonos) Setembro de 1990 criação de Nova Kwanza	Avacada de Eir (fisco) em Maio entre os meses e a (S) A. Anúncio de objectivos para Setembro de 1992	Em Maio o Novo Kwanza é desvalorizado em cerca de 20%. Manutenção da taxa liberal e reintrodução de Mições em Setembro (fin da) República

NOTA: P - Pequena influência. M - Média influência. F - Forte influência.

¹ Toma-se por referência a evolução da produção interna, do défice orçamental e do saldo das contas com o exterior (BIC e Bal. de Pagamentos)

² Toma-se por referência a evolução das condições e nível de vida da população

³ Influência do movimento laboral (greves, paralizações, reivindicações, etc.)

⁴ Influência sobre o estado e performance da economia

⁵ Instabilidade instabilidade em consequência da acção de forças políticas não militares

⁶ Toma-se por referência a evolução do preço do petróleo no mercado internacional e das taxas de juro baratas aplicadas aos empréstimos

⁷ Medido pelas consequências do maior ou menor isolamento nas relações internacionais, derivado de apoios políticos externos (opção pelo campo socialista e presença de forças militares cobaias, nomeadamente)

⁸ Medido pela influência da participação ou não em instituições e acordos internacionais, especialmente ONU, Convenção de Lemps, FMI, Banco Mundial, etc.

FERREIRA, Manuel Ennes. Performance económica em situação de guerra: o caso de Angola (1975-1992). *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 135-156, 1993/1994.

Com a finalidade de tentarmos traduzir quantificadamente aquele contexto, construímos um *Indicador de Ambiente Condicionador (A)*³³ da política económica angolana:

	1978/80	1981/85	1986/90	1991	1992
Total	1.34	1.73	2.33	2.31	2.18
Interno	1.40	1.84	2.53	2.60	2.40
Internacional	1.22	1.52	1.96	1.77	1.77

Da evolução do Indicador Condicionador (geral, interno e internacional), uma importante constatação se retira: o ritmo de evolução do ambiente internacional varia em menor grau do que o ambiente interno, por vezes até de sinal contrário, o que demonstra claramente que a abertura ao exterior (económica, política, etc) se vai fazendo à medida que a situação interna se torna cada vez mais volátil, isto é, pretende-se pelo exterior apoio para controlar a situação interna.

O facto da situação militar, um dos principais condicionadores da política económica ter vindo a diminuir a sua influência (em 1991 e 1992), mas mantendo-se o Indicador de Ambiente Interno elevado, deve-se ao agravamento de vertentes até aí controladas, mas que nestes últimos anos assumiram papel de grande relevo: as vertentes social e laboral.

Quanto à vertente social, as decisões tomadas desde 1990, ou seja, as medidas de liberalização introduzidas pela política de preços, a continuada quebra da produção interna e as dificuldades de satisfazer a procura interna pelas importações, as políticas salariais desfazadas da realidade e o impacto das sucessivas desvalorizações, traduziram-se num piorar das condições de vida da população³⁴.

Face a políticas salariais completamente desfazadas no tempo e sem qualquer articulação com as medidas de política cambial e de preços, a taxa de inflação de 175% em 1991 e de 127% até Setembro de 1992 (fim da I República) podem dar uma ideia do agravamento do custo de vida.

Por outro lado, e diretamente relacionado com a questão social, a vertente laboral introduziu dados novos e importantes nas tomadas de decisão de política económica.

(33) A construção deste indicador resulta da ponderação atribuída a cada uma das cinco vertentes do ambiente interno e às três vertentes do ambiente internacional, tomando os valores 1, 2 e 3 de acordo com a sua influência P, M e F. Logo, o valor mínimo e máximo do Indicador será 1 e 3 respectivamente.

(34) A este respeito ver HUNT (1991), a propósito da evolução, medida e impacto da pobreza e insegurança alimentar em Luanda.

FERREIRA, Manuel Ennes. Performance económica em situação de guerra: o caso de Angola (1975-1992). *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 135-156, 1993/1994.

Tendo estado a área laboral controlada pelo sindicato oficial UNTA (União Nacional dos Trabalhadores Angolanos) até meados de 1991, todas as tensões laborais estiveram até então perfeitamente enquadradas e controladas pelos representantes desse sindicato, o que se traduziu na prática pela apatia de quaisquer movimentos reivindicativos significativos.

A partir do momento em que se ensaia a abertura política no país, ocorreu até ao fim da I República um movimento grevista espontâneo, não enquadrado, cobrindo não apenas Luanda mas o país, em sectores da administração pública, do sector privado e público, das multinacionais e em áreas como a indústria transformadora e extractiva, transportes, formação, saúde, educação, etc³⁵. O cariz das reivindicações espelha claramente as dificuldades do dia-a-dia dos trabalhadores: aumentos salariais entre 100 e 200%, garantia ou aumento do cabaz alimentar, transportes para os locais de trabalho, etc.

Finalmente, uma referência nesta área para o desemprego: tendo aumentado em 10% o índice de desemprego entre 1990 e 1992 e apresentando a possibilidade de se agravar, "novas tensões sociais inevitavelmente poderão surgir e contribuir para o aumento da instabilidade"³⁶.

3. LIMITES E CONFLITUALIDADE NA POLÍTICA ECONÓMICA ANGOLANA

No quadro acabado de expôr, importantes condicionantes e limites levantaram-se na definição e aplicação da política económica angolana.

Antes de mais, o processo de tomada de decisões. Definidos que foram os fins e seleccionados os meios³⁷ há que definir a hierarquização dos objectivos a atingir bem como promover as alterações institucionais que melhor se adequem à obtenção daqueles³⁸. Aqui residiu um dos primeiros limites da política económica angolana: não só existiu uma enorme rigidez institucional (fruto das próprias concepções políticas do regime) como o problema da articulação dos fins de política geral com os da política económica *tout court* foi sempre problemático.

(35) Refiram-se algumas a título exemplificativo: em 1991, Porto Comercial de Luanda, transformação de madeiras, Ministério das Finanças, Endiama (diamantes) na Lunda-Norte, Companhia de Electricidade de Lobito e Benguela, professores dos vários níveis de ensino, médicos e enfermeiros, trabalhadores das plataformas petrolíferas, Sorefame, Transportes Urbanos de Luanda, cimentos (Lobito), Vidrul, Construções Técnicas (empresa portuguesa), etc.; em 1992, escola de hotelaria em Cabinda, docentes universitários, Porto do Lobito, etc.

(36) Declarações do Director Nacional de Emprego e Formação Profissional, *Jornal de Angola*, 3 de Dezembro de 1992.

(37) No sentido de TINBERGEN (1961).

(38) Ver KIRSCHEN (1974).

FERREIRA, Manuel Ennes. Performance económica em situação de guerra: o caso de Angola (1975-1992). *África*: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 16-17(1): 135-156, 1993/1994.

Um dos exemplos mais paradigmáticos desta situação diz respeito à prioridade que sempre foi concedida, do ponto de vista político, à situação militar. A forte pressão que esta exerceu, o desgaste e o cansaço que os diferentes grupos sociais sentiram, não criou, seguramente, um quadro propiciador à tomada de decisões polémicas ou de impacto, nem que fosse apenas a curto prazo. O caso do protelamento sucessivo da desvalorização do Kwanza, pelo receio das consequências sociais que daí poderia advir, ilustra bem esta situação. Com isso, as distorções económicas foram-se agravando e a produção interna de bens transacionáveis prejudicada.

Um segundo limite diz respeito à não articulação entre o nível de elaboração e o nível de decisão, o que é dizer entre o nível de decisão técnica e o nível de decisão política. O hiato existente entre estas duas instâncias, agravado pelo facto de aí intervirem os interesses de ordem militar, contribuiu igualmente para condicionar a política económica angolana. O que sucedeu com o SEF é elucidativo quanto a esta questão.

Um terceiro limite respeita à própria execução da política económica. A inoperância da administração pública angolana, a descoordenação global, sectorial e regional, para não falar da indefinição institucional ou limitações comportamentais, são algumas das referências obrigatórias no caso angolano.

Um quarto limite respeita ao problema dos *lags*: quer se trate do lag de reconhecimento, do de decisão, de execução ou o de actuação, parece ter sido sobretudo no lag de reconhecimento e de decisão/execução que a política económica angolana encontrou fortes limitações na sua acção. Este último, aliás, caracterizou especialmente os anos de 1988 a 1992.

Outros limites poderiam ainda ser apresentados, nomeadamente o problema associado à escolha dos instrumentos de política económica, o grau de risco e de incerteza quanto aos resultados esperados³⁹ ou ainda a maior rigidez ou flexibilidade dos instrumentos. Neste último caso, por exemplo, as despesas públicas angolanas são um óptimo exemplo: conter estas despesas com o intuito de controlar o défice orçamental sempre esbarrou com a rigidez (e subida) quer da parte respeitante à Defesa (com um limiar abaixo do qual não se poderia descer) quer com o intuito de financiar o Estado, as empresas públicas, subsidiar bens e serviços, etc.

Embora nem sempre explicitada claramente, ao longo da I República os objectivos últimos da política económica dirigiam-se para a promoção do crescimento económico, controlo do défice com o exterior, controlo do défice orçamental e controlo de taxa de inflação.

(39)A este respeito ver MPA (1990), Secção 4.4, pp. 22-23, no que se refere aos instrumentos, objectivos e incerteza na política monetária.

FERREIRA, Manuel Ennes. Performance económica em situação de guerra: o caso de Angola (1975-1992). *África*: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 16-17(1): 135-156, 1993/1994.

No entanto, dada a situação económica, política e social do país, o adiamento das decisões, a timidez de algumas delas e o carácter parcelar e isolado das mesmas, trouxe para primeiro plano e à evidência o elevado grau de conflitualidade entre aqueles objectivos.

Uma das situações exemplares resultou do conflito entre crescimento económico e equilíbrio externo, situação esta claramente colocada desde o SEF, em 1987, até Setembro de 1992.

A conflitualidade existente entre estes dois objectivos é claramente entendida como a restrição cambial destinada ao investimento. Canalizando importantes recursos para o esforço de Defesa e tendo um limiar (relativamente rígido) destinado à importação de bens de consumo para a população, o que resta é muito pouco para a promoção do crescimento económico.

Nesta situação duas hipóteses se poderiam levantar: ou se aumentavam as importações e caminhar-se-ia para um agravamento da balança comercial, acompanhado dum endividamento externo (contradizendo o objectivo de equilíbrio financeiro externo), ou se utilizava uma política de apoio ao investimento estrangeiro no sector não-petrolífero, de que resultaria complementaridade entre o objectivo do crescimento económico e equilíbrio externo.

No entanto, mesmo nesta última situação, para tornar atrativo o investimento externo seria necessário solucionar o problema militar (conflitualidade entre as esferas político/militar e económica) e proceder-se a uma desvalorização do Kwanza de modo a tornar concorrenciais, face ao exterior, a produção interna de bens transacionáveis.

Esta última medida, contudo, foi sempre encarada pelos efeitos imediatistas nefastos que poderia produzir:

— por um lado iria onerar as importações, nomeadamente de matérias-primas e bens de equipamentos. Contudo elas seriam imprescindíveis para promover o crescimento económico. Não iria chocar este último objectivo com aquele outro do equilíbrio externo? Poder-se-ia argumentar que a desvalorização também incentiva as exportações e isso iria reequilibrar a balança comercial. No caso de Angola, em situação de guerra, é duvidoso que a estrutura produtiva conseguisse responder a esse estímulo;

— por outro lado, a alta dos preços dos produtos importados iria diminuir o salário real dos trabalhadores. Que efeitos redistributivos do rendimento seriam ocasionados por esta nova situação? Que impactos sobre os diferentes grupos sociais? Como distribuir os custos sociais desta situação de transição?⁴⁰

A hesitação e o adiar durante 4 anos a tomada de decisão quanto à desvalorização do Kwanza, encontra uma melhor explicação pelo receio das reper-

(40)A este propósito ver, entre outros, HUGON (1989).

FERREIRA, Manuel Ennes. Performance económica em situação de guerra: o caso de Angola (1975-1992). *África*: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 16-17(1): 135-156, 1993/1994.

cussões sociais⁴¹ e políticas dessa medida do que propriamente pelo seus efeitos económicos que, diga-se, poderia permitir ao Estado aumentar o valor das suas receitas tributárias oriundas da exportação do petróleo e contribuir, desse modo, para uma diminuição do déficite orçamental⁴².

CONCLUSÃO

A política económica em Angola, no período compreendido entre 1975 e 1992, tem de ser compreendida como traduzindo, ou mediando, os conflitos entre grupos de interesses diversos⁴³, entendidos aqui em sentido lato: representantes das elites políticas do Partido único, elites burocrático-administrativas (vivendo à sombra do Estado tutelar) e com fortes ligações e interesses económicos na actividade económica formal e informal e, naturalmente ou obviamente, os interesses dos militares.

A evolução do ambiente interno e internacional condicionou fortemente a política económica angolana, caracterizada por uma elevada rigidez na utilização dos instrumentos e um elevado grau de conflitualidade entre objectivos. Constatou-se existir uma forte relação negativa entre o crescimento económico do país (sem tomar em consideração o sector petrolífero) e o ratio das despesas militares no conjunto do OGE e a situação militar.

Colocada perante um novo quadro em que as tensões sociais, laborais, étnicas e regionais têm agora mais espaço para abertamente se manifestarem, poder-se-á esperar um aumento da instabilidade política que poderá trazer consequências negativas acrescidas para o crescimento económico do país⁴⁴.

BIBLIOGRAFIA

AGUILLAR, R e ZEJAN, M., (1990), *Angola*, Macroeconomic Studies, n° 12/90, University of Gothenburg, Department of Economics.

(41) Esta hesitação deve ser enquadrada no tempo, isto é, numa época em que os casos de convulsões sociais em diversos países africanos ocorreram, de que o Zaire era exemplo paradigmático, associado à abertura política em Angola que poderia permitir às diferentes forças políticas (nomeadamente a Unita) retirarem dividendos eleitorais no caso de surgirem problemas sociais.

(42) O que na realidade veio a acontecer com a desvalorização do Kwanza em Novembro e Dezembro de 1991 e com a criação "temporária" dum sistema de câmbios múltiplos, resultantes da aplicação de diferentes sobretaxas aos produtos importados.

(43) Conforme já referíamos em FERREIRA (1990)

(44) A este propósito ver o interessante artigo de FOSU (1992).

FERREIRA, Manuel Ennes. Performance económica em situação de guerra: o caso de Angola (1975-1992). *África*: Revista do Centro de Estudos Africanos. USP, S. Paulo, 16-17(1): 135-156, 1993/1994.

AGUILLAR, R e ZEJAN, M., (1991), *Angola: a Long Hard Way to the Marketplace*, Macroeconomic Studies, n° 19/91, University of Gothenburg, Department of Economics.

AGUILLAR, R e ZEJAN, M., (1992), *Angola: The Last Stand of Central Planning*, Macroeconomic Studies, n° 33/92, University of Gothenburg, Department of Economics.

BALL, N. (1983), "Defense and Development: a Critique of the Benoit Study", *Economic Development and Cultural Change*, vol. 31, n° 3, pp. 507-524.

BENOIT, E. (1978), "Growth and Defense in Developing Countries", *Economic Development and Cultural Change*, vol. 26, n° 2, pp. 271-280.

BOISSIEU, C., (1978), *Principes de Politique Economique*, Economica.

DEGER, S. (1986), "Economic Development and Defense Expenditure", *Economic Development and Cultural Change*, vol. 35, n° 1, pp. 179-196.

DOMMEN, E. e MAIZELS, A. (1988), "The Military Burden in Developing Countries", *The Journal of Modern African States*, 26, 3, pp. 377-401.

EIU (The Economist Intelligence Unit) (1984), *Angola, Guínea Bissau, Cape Verde, São Tomé and Príncipe*, n° 3, London.

FERREIRA, M. Ennes, (1988), "Que reajustamentos económicos? O caso de R. P. Angola", *Terra Solidária*, n° 12, CIDAC, Lisboa.

FERREIRA, M. Ennes, (1990), "A Política de Recuperação Económica na R. P. Angola", *Política Internacional*, vol. 1, n° 1, pp. 107-132.

FERREIRA, M. Ennes, (1990a), "A Política Económica Angolana: Limites, Eficácia e Conflitualidade", comunicação apresentada no *I Congresso dos Quadros Angolanos no Exterior*, Lisboa (FIL), Abril, 32 p.

FERREIRA M. Ennes (1992), "Reformas Económicas em Angola", *Studia Africana*, n° 3, Centro de Estudos Africanos, Universidade de Barcelona, Espanha, pp. 27-40.

FERREIRA M. Ennes (1992a), "Reformas Políticas e Económicas em Angola na I República (1975-1992)", comunicação apresentada na *X Conferência Internacional de Lisboa do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais - Reformas Democráticas e Integração: a Nova Europa e as Mudanças na África Austral*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Outubro, 30 p.

FERREIRA M. Ennes (1992b), "Regulação Económica em Angola: do Plano ao Mercado", *Anais Universitários*, n° 3, Universidade da Beira Interior, Portugal.

FERREIRA M. Ennes (1993), "Angola: Política Económica num Contexto de Incerteza e Instabilidade", comunicação apresentada ao *I Encontro de Economistas de Língua Portuguesa*, Faculdade de Economia do Porto, 5-8 de Abril.

FERREIRA M. Ennes (1993a), *Gastos Militares, Desarrollo y Política Económica en Angola, Cuadernos de Trabajo CEALCA* (Centro de Estudios de América Latina, Caribe y África), Universidad Complutense de Madrid, Fac. de CC. Económicas y Empresariales, Dept. de Economía Aplicada, Madrid, Espanha, 35 p. (em publicação).

FERREIRA M. Ennes (1993b), O Dilema da Escolha na Política Económica Angolana: Despesas Militares Versus Desenvolvimento Económico, *Working Papers*, Departamento de Economia, ISEG/UTL (a publicar).

FOSU, A. K. (1992), "Political Instability and Economic Growth: Evidence from Sub-Saharan Africa", *Economic Development and Cultural Change*, vol. 40, n° 4, Julho, pp. 829-841.

GYMAH-BREMPOG, K. (1991), Export Instability and Economic Growth in Sub-Saharan Africa", *Economic Development and Cultural Change*, vol. 40, n° 4, Julho, pp. 815-828.

HUGON, P. (1989), "Incidences Sociales des Politiques d'Ajustement", *Revue Tiers Monde*, Vol. XXX, n° 117, pp. 59-84.

- FERREIRA, Manuel Ennes. Performance económica em situação de guerra: o caso de Angola (1975-1992). *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. USP, S. Paulo, 16-17(1): 135-156, 1993/1994.
- HUNT, S. e BENDER, W. (1991), Pobreza e Insegurança Alimentar em Luanda, *Estudo nº 1*, Ministério do Plano de Angola/ Unicef/ Universidade de Oxford, 59 p.
- INE (Instituto Nacional de Estatística) (1992), *Angola: Perfil Estatístico Económico e Social (1988-1991)*, Luanda, Angola.
- KIRSCHEN, E. e outros (1966), *La Politique Economique Contemporaine*, Université Libre de Bruxelles.
- LIM, D., 1983, "Another Look at Growth and Defense in Less Developed Countries", *Economic Development and Cultural Change*, vol. 31, nº 2, pp. 377-384.
- MAIZELS, A. e NISSANKE, M. (1986), "The Determinants of Military Expenditures in Developing Countries", *World Development*, vol. 14, nº 9, pp. 1125-1140.
- MPA (Ministério do Plano de Angola) (1990), *Plano de 1991*, versão não-oficial, aprovado em Fevereiro de 1991.
- MPLA, 1977, *Orientações Fundamentais para o Desenvolvimento Económico e Social da R.P. Angola (1978/80)*, I Congresso do MPLA, Dezembro, Luanda, Angola.
- MPLA/PT (1980), *Relatório do CC ao I Congresso Extraordinário do MPLA/PT (1980)*, Luanda, Angola.
- MPLA/PT (1980), *Sobre as Orientações Fundamentais para o Desenvolvimento Económico e Social para o Período de 1981-85*, Luanda, Angola.
- MPLA/PT (1985), *Projecto Tese: Desenvolvimento da Produção Material, II Congresso*, Luanda, Angola.
- MPLA/PT (1990), *Projectos de Teses ao III Congresso*, Luanda, Angola.
- PAG (Programa de Acção do Governo) (1990), Luanda, Angola.
- PRE (Programa de Recuperação Económica) (1989), Luanda, Angola.
- ROQUE, F. e outros, (1991), *Economia de Angola*, Bertrand Editora, Lisboa, 325pp.
- SANTOS, C. e SANTOS, G., (1984), *Diagnóstico do Regime Fiscal da R. P. Angola*, NOEI, Lisboa.
- SEF (Programa de Sancamento Económico e Financeiro) (1987), Luanda, Angola.
- TINBERGEN, J. (1961), *Economic Policy: Principles and Design*, North-Holland.
- UNCTAD (1988) e (1991), *Handbook of International Trade and Development Statistics*.
- THE WORLD BANK (1991), *Angola: an Introductory Economic Review*, Washington.

ABSTRACT: To understand the economic policy of Angola (1975-1992), its necessary to know the influence taken by its militar, social, labour and politic aspects. The economic policy adopted by Angola is rigourous and there is a serie of conflicts around its objectives. The instability of the external market of oil as well as the particular military situation of Angola drives the rhythm of its economic growth.